

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Comércio

Class.: 374

Data: 19.09.91

Pg.: _____

Crescem os conflitos de terra na Ilha do Bananal

BRASÍLIA — O assassinato do índio Mauro Wakari Javaé, por um cabo da Polícia Militar de Tocantins, ocorrido no dia 9, deste mês na Ilha do Bananal, além da violência generalizada entre brancos e índios no Parque Indígena do Araguaia, tem preocupado o superintendente da Funai em Goiás, Amilton Gerônimo de Figueiredo. Ele admite que está havendo conflitos de terras em toda a ilha. Segundo Figueiredo há hoje mais de 12 mil posseiros nas terras indígenas, ocupadas nos últimos anos diante da mais completa omissão da própria Funai.

A morte de Mauro Wakari aconteceu em Formoso do Araguaia, as 1h30min do dia 9, quando ele, e mais dois outros índios, entraram na lanchonete Venâncio Drinks. Mauro foi retirado do local violentamente pelo cabo Coelho, que comandava a rádio patrulha da PM em Formoso do Araguaia naquela noite. Ele foi assassinado a queima-roupa. Segundo declarações dos índios que o acompanhavam, Mauro estava desarmado e não teve chance de reagir. A versão do cabo é a de que o índio estava com uma faca e chegou inclusive a golpeá-lo de raspão.

O advogado da Funai, Edson de Oliveira, chegou, na tarde de ontem, de Gurupi (TO), para onde foi levado o cabo Coelho, e declarou, em Goiânia, que por enquanto a Funai nada poderá fazer para garantir a punição do policial. O cabo Coelho está detido e responde a Inquérito Policial Militar. Mas o superintendente Amilton Figueiredo decidiu pedir a intervenção da Polícia Federal no caso, através da Pro-

curadoria da República em Goiás.

De acordo com Amilton Figueiredo, embora tenha sido uma situação isolada, a morte do índio, Mauro Wakari reflete o clima de insegurança na ilha. Dias antes do assassinato, o superintendente recebeu uma carta de índios Javaés, do posto indígena Canoanã, relatando a condição da escravidão a que estão submetidos. Eles se declaram sem direito de andar nas próprias terras e impedidos de caçar, pescar e cultivar em qualquer área. Denunciam que os brancos fazendeiros constroem cercas por toda a região, "ao ponto de o povo ter que abrir 20 porteiças para chegar a lagoa de pesca".

A carta, assinada pelo cacique Jaraci Urania Javaé, atribui a políticos e ao prefeito de Formoso do Araguaia, Domingos Pereira, e ao deputado Hudson, a responsabilidade de facilitar a entrada de caravanas de pescadores, comerciantes de bebida alcoólica e de incentivar a negociação de terras e retiros dentro da Ilha do Bananal. "Estamos sendo escravizados por estes brancos que compram nossos peixes a Cr\$ 350, e só pagam com gêneros alimentícios".

O superintendente Figueiredo propõe uma mesa redonda com vários segmentos para a definição de um programa de atendimento às comunidades indígenas da Ilha (Javaé, Tapirapé, Ava-Canoeiro, Caraja e Gavião) e para a retirada dos posseiros de todo o parque indígena do Araguaia. Na mesma mesa sentariam a Funai, o governo de Tocantins, lideranças indígenas, a procuradoria da República, o Conselho Missionário indigenista, entre outros.